

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE GÁS PROPANO PARA O
ANO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE Fornecimento de Gás Propano Para o Ano de 2025

Índice

Disposições gerais	3
Objeto	3
Contrato	3
Prazo	4
Obrigações contratuais	4
Obrigações do prestador de serviços	4
Disposições gerais	4
Obrigações principais do prestador de serviços	4
Prazo de prestação do serviço	5
Conformidade e garantia técnica	5
Dever de sigilo	6
Objeto do dever de sigilo	6
Prazo do dever de sigilo	6
Obrigações da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	7
Preço contratual	7
Condições de pagamento	7
Penalidades contratuais e resolução	8
Penalidades contratuais	8
Força maior	9
Resolução por parte do contraente público	11
Resolução por parte do prestador de serviços	11
Caução e seguros	12
Execução da caução	12

Seguros	12
Resolução de litígios.....	13
Foro competente	13
Disposições finais.....	13
Subcontratação e cessão da posição contratual	13
Comunicações e notificações	13
Contagem dos prazos	13
Legislação aplicável	14
ANEXO I.....	15

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de **Fornecimento de Gás Propano para o ano de 2025.**

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as certificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **10 meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
- a) O fornecimento de gás propano, permanente e contínuo, nas quantidades estimadas indicadas no anexo I do presente caderno de encargos, e que dele faz parte integrante, ressalvadas as interrupções ocasionadas por

motivos de força maior e as decorrentes de acordo prévio com o contratante público.

- b) Os contadores de gás propano e respectivos acessórios são fornecidos e instalados pelo adjudicatário, na qualidade de proprietário, não podendo ser cobrada qualquer quantia a título de preço, aluguer, amortização ou inspeção periódica daqueles equipamentos.
- c) As interrupções do fornecimento de gás, decorrentes de acordo prévio, devem ser acordadas com o gestor do contrato, com a máxima antecedência possível, até dois dias antes do evento, a fim de permitir assegurar as providências necessárias para evitar ou reduzir os inconvenientes daí resultantes.

Cláusula 5.^a

Prazo de prestação do serviço

O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos, no prazo máximo de **10 meses**, a contar da data da celebração do contrato.

Cláusula 6.^a

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

Subsecção II
Dever de sigilo

Cláusula 7.^a

Objeto do dever de sigilo

- 1- O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

Cláusula 9.^a

Preço contratual

- 1- Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 3- O preço a que se refere o n.º 1 é dividido em 10 prestações mensais.
- 4- O preço contratual não poderá ser superior ao preço base, que é de **€ 12.600,00 (doze mil e seiscentos euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

- 1- A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

- 2- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato, nos termos da Cláusula 6.^a.
- 3- Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.^a

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do fornecimento de gás superior a 1 (um) dia, até 2% do preço contratual, por cada dia de atraso.
- 2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

- 3- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
- 4- Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5- A Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª

Força maior

- 1- Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de

guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do contraente público

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada quaisquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no atraso da prestação do serviço superior a 10 dias, ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
- 2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias, ou o montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros.
- 2- O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3- Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção

daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 15.^a

Execução da caução

Nos termos previstos na alínea a), n.º 2 do artigo 88.º do código dos contratos públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 16.^a

Seguros

- 1- É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Responsabilidade Civil;
 - b) Acidentes de Trabalho.
- 2- A Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo máximo de 2 dias, contados da data da notificação.

Capítulo V
Resolução de litígios

Cláusula 17.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 18.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.^a

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Vila Nova da Barquinha, 29 de janeiro de 2025

O Presidente da Câmara Municipal

Fernando Manuel dos Santos Freire, Dr.

ANEXO I**Locais de Abastecimento e consumos médios anuais**

Edifícios/ Locais de Consumo	Morada	Tipo de Abastecimento	Consumo médio anual (m3)
Balneários Cemitério Municipal	Rua do Cemitério 2260 Vila Nova da Barquinha	Botijas exteriores	7
Centro Náutico de Vila Nova da Barquinha	Rua da Barca 2260- 419 Vila Nova da Barquinha	Botijas exteriores	731
EB1 e JI da Praia do Ribatejo	Rua Dr. Francisco Sá Carneiro 2260-228 Praia do Ribatejo	Botijas exteriores	29
Parque Desportivo da Atalaia	Rua Patriarca D. José nº 126 2260-039 Atalaia	Depósito Enterrado	550
Pavilhão Desportivo da Praia do Ribatejo	Rua Dr. Francisco Sá Carneiro 2260-228 Praia do Ribatejo	Botijas exteriores	10
Oficinas Municipais	Rua Salgueiro Maia, 83 2260-418 Vila Nova da Barquinha	Botijas exteriores	5